



**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
VARA FEDERAL DE TRÊS RIOS**

INSPEÇÃO ANUAL - 2013

RELATÓRIO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA CORREGEDORA-REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO, M.D. DESEMBARGADORA FEDERAL DOUTORA SALETE MACCALÓZ,

A Inspeção anual referente ao período de 24 a 28/06/2013, realizada junto a este Juízo da 1ª Vara Federal de Três Rios, Subseção de Três Rios, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, foi desenvolvida em absoluta normalidade, sendo presidida pelo subscritor deste Relatório, Doutor **ALEXANDRE DA SILVA ARRUDA**, Juiz Federal Titular, cujo exercício da titularidade foi iniciado em 12 de junho de 2013 (cf. ATO Nº TRF2-ATP-2013/00261 de 07 de junho de 2013, do TRF 2ª Região, publicado no e-DJF2R em 12.06.2013).

O Ministério Público Federal, a Procuradoria Regional Federal, a Procuradoria Seccional da Advocacia-Geral da União, a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Caixa Econômica Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil – 14ª Subseção foram comunicados acerca da realização da presente inspeção por meio, respectivamente, dos ofícios RJ-OFI-2013/09211, RJ-OFI-2013/09213, RJ-OFI-2013/09215, RJ-OFI-2013/09216 e RJ-OFI-2013/09217 e não enviaram representantes. Também foram comunicadas a Corregedoria Regional Federal da 2ª Região e a Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, através dos Ofícios RJ-OFI-2013/09212 e RJ-OFI-2013/09214, respectivamente.

Informo, por fim, que o Doutor **VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA**, Juiz Federal Substituto, cujo exercício, nesta Vara Federal, foi iniciado em 07/01/2011 (cf. Ato nº 483, de 07/12/2010, do TRF 2ª Região), encontra-se afastado por conta de licença médica desde 25/06/2013.

I - ABERTURA

Em cumprimento ao disposto no Edital nº RJ-EDT-2012/00128, de 09 de outubro de 2012, da Direção do Foro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, publicado no DJE em 07 de dezembro de 2012, este Juízo designou a Inspeção Ordinária através do Edital nº RJ-FOR-2013/07213 c/c a Portaria RJ-POR-2013/00330 ambas de 17 de maio de 2013 e publicadas no DJE em 21 de maio de 2013, comunicando o período de sua realização, a suspensão dos prazos judiciais, do expediente externo e das audiências no período correspondente, exceto para o conhecimento de pedidos de ações, procedimentos e medidas destinadas a evitar perecimento de direitos e apresentação de reclamações.

Seguem anexos ao presente relatório uma cópia do Termo de Abertura e Encerramento da Inspeção, do Edital RJ-FOR-2013/07213 e da Portaria RJ-POR-2013/00330.

II – FORAM INSPECIONADOS E CONSTATADOS

1. DADOS ESTATÍSTICOS

A Vara Federal de Três Rios conta com Acervo atual em tramitação ajustada (descontados os processos suspensos e aguardando julgamento de recurso) de 4.604 processos, sendo 3.529 de 1ª instância e 1096 de Juizado. Além disso, possui 2.313 processos suspensos de 1ª instância e 69 de Juizado, bem como 1.469 processos remetidos às Turmas Recursais e ao Tribunal para julgamento de recurso (912 e 557, respectivamente).

Passemos a uma análise do acervo por especialização, assim discriminados: Juizado Especial Federal (JEF), Execução Fiscal, Contencioso e Criminal:

	30/06/2012		30/06/2013	
	Trâmite	Suspense	Trâmite	Suspense
JUIZADO ESPECIAL	1568	242	1096	69
EXECUÇÃO FISCAL	4680	1533	4710	2063
CONTENCIOSO	571	77	946*	56
CRIMINAL	161	44	128	65
TOTAL	6980	1896	6680	2253

* Foram distribuídas em 04/2013, 327 ações de reintegração/manutenção de posse, o equivalente à Distribuição de três meses desta Vara, fato que aumentou o acervo em tramitação do Contencioso.

O quadro revela que o acervo do Juizado Especial foi reduzido em 30,10%. O acervo do Contencioso teve aumento de 39,64% por conta da distribuição em 1 dia de mais de 300 processos pela

mesma autora. Em condições normais (desconsideradas tais ações), o aumento teria sido de aproximadamente 6,83%. Já o acervo do Setor Criminal diminuiu 20,49%. No que diz respeito ao acervo da Execução Fiscal há duas considerações a serem feitas: I) o acervo teve aumento pouco expressivo de 0,64%; e II) houve um aumento considerável de processos suspensos pelo parcelamento de dívidas (Lei 11.491/09), arquivamento sem baixa (Portaria MF 130/12) e pelo art. 40 da Lei 6830/80, no equivalente a 34,57%.

1.1 Da Produtividade

Os gráficos abaixo mostram a produtividade da Vara Federal de Três Rios considerada mês a mês desde a última Inspeção. São gráficos que reproduzem a quantidade de despachos, decisões e sentenças a partir do mês de julho de 2012 até o mês de junho de 2013:

1.1.1 Sentenças produzidas mês a mês

07/2012	08/2012	09/2012	10/2012	11/2012	12/2012	01/2013	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	06/2013
212	165	135	183	98	140	179	155	244	191	181	116

1.1.2 Despachos produzidos mês a mês

07/2012	08/2012	09/2012	10/2012	11/2012	12/2012	01/2013	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	06/2013
743	1006	693	1102	638	587	757	690	945	985	1180	1007

1.1.3 Decisões produzidas

07/2012	08/2012	09/2012	10/2012	11/2012	12/2012	01/2013	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	06/2013
100	128	99	91	98	62	140	105	91	191	152	111

	2012/2013
Despachos	10333
Decisões	1368
Sentenças	1999
Julgamentos convertidos em diligência	504
Total de Atos	14204

Os dados acima demonstram boa produtividade da Vara, ainda considerando que na maior parte do período considerado a Vara contava apenas com um magistrado.

1.2 Dos RPVs e Precatórios Enviados

Desde a última inspeção foram enviados para pagamento pelo TRF 2ª Região, entre 07/2012 e 06/2013, 443 (quatrocentos e quarenta e três) Requisitórios de Pequeno Valor – RPVs e 31 (trinta e um) Precatórios. Desse total, 33 Requisitórios de Pequeno Valor e 9 Precatórios foram enviados durante a

semana de Inspeção.

Embora o número de RPVs tenha sofrido queda, tal fato é atribuído à diminuição do acervo do Juizado (que, em regra, gera os Requisitórios) de 1568 processos para 1096.

Quadro Comparativo entre as inspeções:

	2011/2012	2012/2013
RPVs	743	443
Precatórios	17	31
Total	760	447

1.3 Da Agenda de Audiências

De julho de 2012 a junho de 2013 foram realizadas 281 audiências, muitas delas de Conciliação e que resultaram em 68 acordos e, por conseguinte, baixas rápidas dos processos, uma vez que a assentada contém a sentença homologatória e já possui força de alvará.

A prática da designação de audiência de conciliação vem sendo adotada conforme orientações da Coordenadoria do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF-2ª Região.

As audiências em mutirões continuarão a ser realizadas com a inclusão de processos ajuizados contra a Caixa Econômica Federal. A pauta atualmente existente vai até o mês de setembro, entre audiências criminais, contenciosas e de Juizado.

1.4 Da Agenda de Perícias

No período de julho/2012 a junho/2013 foram realizadas 251 perícias, envolvendo processos de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e benefício assistencial LOAS. O número de perícias diminuiu proporcionalmente ao acervo e também por conta de algumas dificuldades de agendamentos com as especialidades necessárias.

1.5 Dos Alvarás Expedidos e Cancelados

Foram expedidos e encaminhados à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para pagamento um total de 135 (cento e trinta e cinco) Alvarás de Levantamento todos eletrônicos, uma vez que, a partir de 21/11/2011, todos os alvarás passaram a ter a sua movimentação exclusivamente eletrônica. Foram criados canais específicos de comunicação com a CEF e o BB para o encaminhamento e a devolução de Alvarás pagos. Os emails são os seguintes: ag0195ri07@caixa.gov.br e age0315@bb.com.br. A secretaria possui três tipos de pastas de Alvarás: “Alvarás Enviados para Pagamento”, Alvarás Devolvidos Pagos” e Alvarás Cancelados.

Foram cancelados desde a última inspeção 11 Alvarás, conforme listagem a seguir: ALV.1301.000071-3/2012; ALV.1301.000072-8/2012; ALV.1301.000079-0/2012; ALV.1301.000078-5/2012; ALV.1301.000077-0/2012; ALV.1301.000076-6/2012; ALV.1301.000075-1/2012; ALV.1301.000074-7/2012; ALV.1301.000105-9/2012 e ALV.1301.000073-2/2012 e ALV.1301.000026-6/2013.

2. TODOS OS PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (arts. 227 e 228 da C. Normas da Corregedoria Regional do TRF/2 bem como os previstos no art. 12 Resolução 496/2006, do CJF), além destes, os com prioridade legal que se encontravam na vara:

2.1 De todos os feitos que estão concluídos para despacho, decisão e sentença

Em 24/06/2013, data do início da inspeção, havia na Vara Federal de Três Rios um quantitativo de 401 processos concluídos para despacho há mais de 30 dias, dos quais 385 se referiam à Execução Fiscal; 6 processos concluídos para decisão há mais de 60 dias e nenhum processo concluído para sentença há mais de 180 dias, assim distribuídos por classes:

Despacho - concluídos há mais de 30 dias	
Classe	Quantidade
3000	385
4009	5
4010	5
12001	1
12006	1
12006	1
51001	2
51002	1
TOTAL	401

Decisão	
Classe	Quantidade
3000	6
TOTAL	6

Foi determinado que a secretaria atuasse com prioridade para o saneamento destes processos e, na medida do possível, trouxessem as conclusões para os parâmetros estabelecidos no Provimento **T2-PVC-2011/00011 de 04 de abril de 2011, que aprovou a nova Consolidação de Normas.**

De qualquer maneira podemos verificar que dos 401 processos concluídos para despacho, 385 são de execução fiscal, e dos 6 processos concluídos para decisão, todos são de execução fiscal, cujo andamento é mais demorado em razão do elevado número de feitos.

Durante a inspeção foram proferidos 285 despachos, 25 decisões e 28 sentenças.

2.2 Dos Mandados de Segurança

- **0000374-88.2012.4.02.5113** – Foi proferida sentença que julgou improcedente o pedido e denegou a segurança em 08/10/2012. Os autos foram remetidos ao Tribunal, em 02/07/2013, para julgamento da Apelação do Impetrante.

- **0000088-76.2013.4.02.5113** – Foi proferida, em 18 de junho de 2013, sentença que julgou procedente o pedido e concedeu a segurança. Desde 21/06/2013, o processo aguarda o prazo para a eventual interposição de recurso.

- **0000143-27.2013.4.02.5113** – Foi proferida, em 27/05/2013, sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, a teor do art. 267, VI, do CPC, quanto aos pleitos de assegurar ao Impetrante o direito de que seus membros (Biomédicos) realizem a inscrição no concurso público, na Prefeitura Municipal de Três Rios/RJ, para o cargo de Bioquímico, e de prorrogação do prazo de inscrição do concurso por igual período; e julgou improcedente o pedido, nos termos do artigo 269, I do CPC, em relação à garantia da posse no concurso público. Após publicação da sentença e vista ao Ministério Público, o processo aguarda a expedição de mandado para fins de intimação do impetrado.

Todos os mandados de segurança, acima listados, são individuais, não havendo, no momento, mandados de segurança coletivos em tramitação na Vara Federal de Três Rios.

2.3 Das Ações Cíveis Públicas – Classe 6001

Atualmente, há na Vara Federal de Três Rios as seguintes ações cíveis públicas, cujos números dos processos e andamentos seguem abaixo discriminados;

- 0000302-09.2009.4.02.5113 – Processo com despacho exarado em 13/03/2013 determinando a expedição de ofício ao INEA para que se manifeste acerca da viabilidade do projeto apresentado pelo Município de Três Rios, conforme requerido pelo MPF.

- 0000406-64.2010.4.02.5113 – Em 22/03/2013 foi proferida sentença homologatória de acordo. O processo foi inspecionado, tendo sido determinada a sua baixa e arquivamento.

- 0000323-92.2003.4.02.5113 – Em janeiro de 2013 foi proferida sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito. Após intimação do Ministério Público, o processo aguarda o retorno do mandado de intimação dos réus.

- 0000448-45.2012.4.02.5113 – O processo foi visto em inspeção, tendo sido proferido despacho que determinou a vista à autora das respostas dos réus, bem como a manifestação das partes em provas (27/06/2013).

- 0000403-17.2007.4.02.5113 e 0000492-16.2002.4.02.5113 – Processos no TRF aguardando julgamento de recurso.

2.4 Das ACPs/Improbidade Administrativa – Classe 6006

Abaixo seguem os números e andamentos das ACPs por Improbidade Administrativa em trâmite nesta Vara Federal, bem como sua situação atual:

- 0000316-03.2003.4.02.5113 – Prolatada sentença em 02/08/2012. O processo foi inspecionado, tendo sido determinada a vista ao Ministério Público da sentença.
- 0000956-06.2003.4.02.5113 – Sentença proferida em 18/05/2012. Publicada em 24/05/2012. Disponível para remessa ao MPF em 02/07/2012. Em 13/06/2013, foi proferido despacho que deferiu a gratuidade de justiça e recebeu as apelações dos réus João Pereira Badaró, Espólio de José Bento Argon Sobrinho e Jair José Ramalho, nos efeitos devolutivo e suspensivo, bem como determinou a intimação dos apelados para contrarrazões e posterior remessa ao Tribunal.
- 0000944-89.2003.4.02.5113 – Autos no Tribunal aguardando julgamento de recurso.
- 0102305-37.2012.4.02.5113 – Autos conclusos para decisão.
- 0000467-51.2012.4.02.5113 – Processo vistoriado e atualmente concluso para despacho.

As ações a seguir, ainda sem sentença prolatada, encontram-se abrangidas pela Meta 18/2013 do CNJ, e vêm ensejando atenção especial deste juízo:

- **0011846-59.2011.4.02.5101** – Redistribuída a esta Vara Federal em 18/05/2012 após decisão de declínio de competência proveniente da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Decisões prolatadas em 30/05/2012 e 27/06/2012 para saneamento dos autos. Atualmente os autos encontram-se conclusos para despacho.

- **0011847-44.2011.4.02.5101** – Redistribuída a esta Vara Federal em 07/12/2011 após decisão de declínio de competência proveniente da 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despachos exarados em 05/03/2012 e 27/03/2012. Decisão prolatada em 27/06/2012 para saneamento dos autos. O processo foi vistoriado na inspeção, tendo sido determinada a expedição de nova Carta Precatória para Notificação do Espólio de JOSÉ DE OLIVEIRA, na pessoa da Inventariante NEUCI PEREIRA OLIVIERA, com o novo endereço fornecido pelo MPF.

- **0012140-14.2011.4.02.5101** – Redistribuída a esta Vara Federal em 21/05/2012 após decisão de declínio de competência proveniente da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Decisão prolatada em 30/05/2012 para saneamento dos autos. O processo foi vistoriado e foi determinada a remessa em vista ao MPF sobre certidão negativa.

2.5 Das Ações Populares

Não há na Vara Federal de Três Rios Ações Populares em tramitação.

2.6 Das Ações de Usucapião – classe 5009

Foram todas conferidas e analisadas e se encontram nas seguintes situações:

0000090-27.2005.4.02.5113	Em 26/03/2013 foi deferida a solicitação do MPF de intimação da parte autora para apresentar a documentação necessária para a habilitação. Em 17/05/2013 foi determinada a nomeação de advogado voluntário para auxiliar a autora.
0000099-86.2005.4.02.5113	Em 16/05/2013 foi determinada a vista à parte autora para juntar nova planta da área e para se manifestar acerca de documentação. Em 18/06/2013 foi determinada nova intimação, sob pena de extinção do processo, nos termos do artigo 267, § 1º, CPC.
0000120-96.2004.4.02.5113	Despacho exarado em 10/04/2013 determinou a manifestação das partes sobre a proposta de honorários periciais. Após diligência positiva, aguarda cumprimento (prazo).
0000121-08.2009.4.02.5113	Despacho de 18/06/2013 revogou a nomeação de advogado, conforme requerido, e determinou intimação da parte autora para constituir novo patrono.
0000191-59.2008.4.02.5113	Julgamento convertido em diligência em 30/11/2012 para determinar a citação da representante do espólio da proprietária e expedição de edital para citação de eventuais interessados, após o resultado da diligência de citação. MDC expedido em 12/03/2013 como diligência negativa noticiada em 26/06/2013. Ag. Expedir edital único.
0000265-79.2009.4.02.5113	Despacho de 14/06/2013: intima os réus sobre a produção de provas, se pretenderem. Aguardando gerar boletim.
0000385-88.2010.4.02.5113	Decisão de 22/05/2013 declarou a incompetência absoluta do juízo determinando o retorno dos autos à Justiça Estadual de Sapucaia/RJ.
0000427-74.2009.4.02.5113	Autos devolvidos da Advocacia-Geral da União em 07/06/2013 e aguarda conclusão para decisão.
0000822-37.2007.4.02.5113	Despacho de 16/05/2013 determinou a intimação da União para o fornecimento de nova planta com o traçado da LMEO e LLTM compatível com a realidade fática do local.
0000022-87.2006.4.02.5163	Processo baixado desde 06/02/2013, mas ainda aparece localizado nesta Vara por conta do não recebimento da Guia 2013.000208. Tal fato ocorreu devido a problemas no Arquivo Geral, mas já foi efetuado contato telefônico para fins de recebimento da Guia.
0000686-64.2012.4.02.5113	Redistribuído para a esta Vara em 28/11/2012. Em 16/05/2013, foi proferido despacho de intimação das partes e da União acerca do pedido de desistência.

2.7 Dos Processos Criminais com Réus Presos

- 0000306-75.2011.4.02.5113 – RAPHAEL MONTEIRO DE BARROS. Em 15/05/2012, autos remetidos para TRF - 2ª Região por motivo de Processar e Julgar Recurso.

- 0001542-91.2013.4.02.5113 – ANDRÉ RAFAEL SILVA: preso em flagrante delito pelo crime de uso de documento falso. Em decisão proferida em 19/06/2013, foi deferido o pleito ministerial e mantida a prisão preventiva e determinadas a citação do réu e demais providências cabíveis. A última movimentação do processo foi de expedição do mandado (em 26/06/2013) e citação positiva em 01/07/2013.

- 0517219-87.2006.4.02.5101 – PAULO CÉLIO DE AZEVEDO MEDEIROS – prisão preventiva decretada por decisão de 09/05/2013.

2.8 Dos Processos Criminais com BIC

- 0000252-95.2000.4.02.5113 – Processo suspenso em 08/05/2012, nos termos do art. 264 da Nova Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª região.

- 0001530-79.2005.4.02.5106 – Processo suspenso em 25/10/2010, nos termos do art. 264 da Nova Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª região.

2.9 Dos Processos de Execução Fiscal Cadastrados como Grandes Devedores

Este Juízo vem adotando, desde a última inspeção, como parâmetro definidor do cadastro dos executados como “grandes devedores” os débitos de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Esses processos, abaixo listados, recebem prioridade máxima na tramitação. Além destes, as execuções acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) são identificadas com uma etiqueta e recebem atenção especial por parte do Juízo.

PROCESSO	DEVEDOR	VALOR (R\$)	ANDAMENTO
714-76.2005.4.02.5113	TRANSFER COM E REP LTDA	69.163.626,73	Devolvido pela FN em 10/6/2013 e separado para abertura de conclusão
657-92.2004.4.02.5113	MANDURI BEBIDAS LTDA DIST	31.900.219,01	Devolvido pela FN em 10/6/2013 e separado para abertura de conclusão

1018-07.2007.4.02.5113	GARCIA ATACADISTA LTDA	27.379.379,22	Prazo de suspensão vencido em 30/5/2013 e separado para abertura de conclusão
432-38.2005.4.02.5113	SUPERFER TRES RIOS IND E COM LTDA	22.583.610,22	Suspensão aguardando julgamento de ação penal
181-20.2005.4.02.5113	FLUMINENSE T R COM FERRO E AÇO LTDA	21.951.594,64	Suspensão aguardando julgamento de embargos e ação penal
242-31.2012.4.02.5113	IND PAPEIS SUDESTE	18.545.711,13	Vista FN em 22/6/2013
374-30.2008.4.02.5113	IND PAPEIS SUDESTE	18.000.861,55	Concluso para despacho em 3/6/2013
376-05.2005.4.02.5113	INTER-GUSA LTDA	17.104.828,80	Concluso para despacho e 17/6/2013
732-58.2009.4.02.5113	GARCIA ATACADISTA LTDA	16.236.417,20	Devolvido pela FN em 10/6/2013 e separado para abertura de conclusão
24-47.2005.4.02.5113	MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS	16.236.188,22	Suspensão parcelamento até 22/1/2014
377-87.2005.4.02.5113	GARCIA ATACADISTA LTDA	15.617.960,62	Suspensão parcelamento até 11/7/2013
383-60.2006.4.02.5113	SIDEROESTE LTDA	14.697.896,37	Concluso para despacho em 25/6/2013
624-97.2007.4.02.5113	COMERCIAL AÇOLIGAS LTDA	13.578.474,99	Suspensão art 40 até 8/2/2014

247-53.2012.4.02.5113	HWR COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS	13.487.889,47	Concluso para despacho em 24/6/2013
199-70.2007.4.02.5113	PEREIRA E MARQUES COM E REP LTDA	13.143.215,81	Aguardando prazo de edital de citação até 29/7/2013
93-11.2007.4.02.5113	PEREIRA E MARQUES COM E REP LTDA	9.979.342,98	Concluso para despacho em 27/5/2013
583-57.2012.4.02.5113	IND PAPEIS SUDESTE	9.015.397,75	Aguardando devolução de Carta Precatória desde 9/1/2013 e separado para abertura de conclusão

2.10 Dos Processos Com Leilão Marcado

Nº do processo	Exequente	Executado
99.0905048-0	FN	GE Nunes Com Ltda
99.0905561-9	FN	Irmag Ind e Com
99.0905566-0	FN	Irmag Ind e Com
99.0905605-4	FN	Irmag Ind e Com
99.0905663-1	FN	Lukro Prod Alimentícios
99.0905664-0	FN	Lukro Prod Alimentícios
99.0905665-8	FN	Lukro Prod Alimentícios
99.0906221-6	FN	Irmag Ind e Com
99.0906461-8	FN	Sol Tecnoarte Ltda
99.0906469-3	FN	Sol Tecnoarte Ltda
99.0906470-7	FN	Sol Tecnoarte Ltda
99.0906491-0	FN	Sol Tecnoarte Ltda
99.0906501-0	FN	Sol Tecnoarte Ltda
99.0906616-5	FN	Dist Trirriense de Bebidas
99.0906676-9	FN	Irmag Ind e Com
99.0906725-0	FN	Lunialy Cereais
2000.5113.001039-8	FN	Dist Trirriense de Bebidas
887-76.2000.4.02.5113	FN	Bar e Rest Av Trirriense
2001.5113.000487-1	FN	Borracharia 3 Rios
2001.5113.000493-7	FN	Borracharia 3 Rios
2001.5113.000494-9	FN	Borracharia 3 Rios
2002.5113.000888-1	FN	Borracharia 3 Rios
2002.5113.000928-9	FN	Borracharia 3 Rios

2003.5113.000583-5	FN	Joacir B Pereira
2004.5113.000513-0	FN	Contra Luz Com e Imp Ltda
2005.5113.000033-0	FN	Transp Rural
2005.5113.000247-8	FN	Pouper Prod AlimLtda
2005.5113.000438-4	FN	Pouper Prod AlimLtda
264-65.2007.4.02.5113	FN	Provel - Prog Veículos
977-40.2007.4.02.5113	CRMV	Enir R Pureza ME
2008.5113.000106-2	INSS	GEVAP
2008.5113.000585-7	CEF	Areal L G Santa Barbara
141-96.2009.4.02.5113	FN	NM Ind Com Roupas
419-97.2009.4.02.5113	IBAMA	Panplast Ind Com Plastico
117-34.2010.4.02.5113	INMETRO	Supergrão Dist e Transp
121-71.2010.4.02.5113	INMETRO	Supergrão Dist e Transp
161-74.2010.4.02.5106	FN	Panplast Ind Com Plastico
527-92.2010.4.02.5113	FN	F da Costa Com Antiquid
238-28.2011.4.02.5113	FN	Panplast Ind Com Plastico
540-57.2011.4.02.5113	FN	Sind Trab Ind Vestuário
600-30.2011.4.02.5113	FN	Com Comb Flor da Manga
768-32.2011.4.02.5113	FN	Arpec Areal Peças
823-80.2011.4.02.5113	FN	Panplast Ind Com Plastico
165-22.2012.4.02.5113	FN	NM Ind Com Roupas

Total de 44 processos, que aguardam leilões agendados para os dias 27/08 e 10/09/2013.

2.11 Dos Processos Com Diligência BACEN JUD

No período de janeiro de 2013 a junho de 2013, período máximo disponibilizado pelo sistema para consulta, foram realizadas 248 (duzentas e quarenta e oito) ordens judiciais junto ao sistema BACEN JUD para a efetivação de bloqueio de ativos financeiros.

3. FEITOS SUSPENSOS

Há na Vara Federal de Três Rios 2.316 processos suspensos. O maior volume de suspensões refere-se a Execuções Fiscais, mas há outros motivos tais como: repercussão geral (ag. decisão de instância superior), aguardando depósito de RPV ou Precatório, suspensões criminais (H.C ou Art. 366 do CPP), etc.

MOTIVO DA SUSPENSÃO	Nº DE PROCESSOS
Sem Motivo	0
Aguardando Dec. Inst. Superior	68
Art. 20, Lei 10.522/02	169
Art. 366, CPP	6

Art. 40, § 2º, LEF (Arq. s/ Baixa)	586
Art. 40, caput, LEF	397
Art. 89, Lei 9.099/95	44
BIC	2
Ag. pgmtº RPV/Precatório	78
Embargos à Execução	83
Outras Suspensões (Proc. Exec.)	90
Outros – Fase Conhecimento	12
Outros Proc. Execução	409
Outros Proc. Criminais	17
Parcelamento	351
Repercussão Geral	0
Art. 40, Lei 6830	1
Ag. Julgamento Recurso	3
TOTAL	2316

O total de processos suspensos no ano de 2012 era de 1.896.

4. LIVROS E PASTAS

Tendo em conta o Provimento nº011/2011, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, a Resolução nº 496/06 do CJF e do Manual de Inspeções, verificou-se dispor a Vara Federal de todos os livros obrigatórios, além de outros que foram adotados para facilitar o controle dos serviços.

Tendo em vista a situação peculiar da Vara de Três Rios - em que as instalações da Secretaria não comportavam todos os setores em um mesmo local - para sua melhor administração e organização, foram tomadas as seguintes providências.

Cada setor procedeu à organização dos livros e pastas em seu próprio ambiente, ficando sob controle direto e imediato do Diretor, os livros e pastas que não podem ser desdobrados, tais como: Livro de Ponto, Livro Tombo, Livro de Reclamações e de Alvarás Expedidos e Cancelados.

Desta forma, os livros e pastas foram divididos entre os seguintes setores: Gabinete; Feitos Contenciosos; Execuções Fiscais; Feitos Criminais; Juizado Especial Adjunto.

O responsável por cada setor recebeu a atribuição de conferir e revisar (com sua equipe) cada um dos livros, fazer as correções necessárias com a respectiva certidão do que foi realizado e aposição de etiqueta informando a realização da verificação, sob fiscalização do juiz. Esse trabalho é realizado de forma rotineira e não só em períodos de Inspeção (consideramos como tais as mini-inspeções sugeridas pela Corregedoria).

5. PETIÇÕES PENDENTES

As petições são juntadas aos autos com celeridade, não havendo no momento nenhuma petição que não tenha sido juntada aos respectivos autos sem que houvesse uma justificativa razoável. Há casos em que os autos estão fora da vara, o que obviamente, impossibilita sua juntada (por exemplo processos no TRF para julgamento de recurso e processos de Execução Fiscal com carga para a Fazenda Nacional).

Com o sistema atual de cadastro de petições em outras localidades ou pelo sistema eletrônico, há casos em que a petição ainda não está disponível para juntada, impedindo o cumprimento do prazo estabelecido no artigo 180 da Consolidação de normas da Corregedoria.

As petições que não podem ser juntadas imediatamente são mantidas em pastas próprias de maneira organizada, tornando possível sua juntada aos autos tão logo estes estejam disponíveis. Também é lançado no sistema Apolo um “lembrete” para que a petição possa ser localizada imediatamente quando da chegada dos autos à Secretaria.

As petições encaminhadas eletronicamente são juntadas dentro do prazo de 03 (três) dias, conforme determina a norma, inclusive aquelas de processos que estão na Turma Recursal. Em consulta realizada em 03/07/2013, havia 2 (duas) petições pendentes de juntada fora do prazo estipulado em norma, mas foram juntadas prontamente para prosseguimento.

6. A CARGA E VISTA DOS AUTOS

A carga dos autos é feita corretamente com anotação nos respectivos livros e em pastas próprias para órgãos como INSS, PFN, AGU e MPF, dentre outros.

7. OS EXPEDIENTES CARTORÁRIOS

Os expedientes estão sendo confeccionados observando-se as normas estabelecidas pela DIRFO e TRF utilizando-se o Sistema Informatizado de dados Apolo e o Siga-doc. A Secretaria procura manter em dia os scaninhos físicos e eletrônicos de expedição, em especial, os RPV's e Alvarás. O prazo para expedição de RPV's e Alvarás é de até 01 (uma) semana e para outros expedientes de até 15 (quinze) dias.

8. VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO, LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA

A Análise de prevenção é priorizada e não há nesta data autos aguardando análise de prevenção para encaminhamento à livre distribuição ou por dependência. Vem sendo observado o Provimento número 69 de 17/12/2009 desta Corregedoria.

9. ATUAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

O Setor de Apoio Administrativo desempenha a contento suas atividades, auxiliando o cumprimento da atividade-fim da Vara. O Setor de Distribuição e Protocolo mantém em dia o seu serviço, cumprindo prazos estabelecidos em normas legais. A Contadoria desta Subseção realiza seu trabalho de forma satisfatória, efetuando cálculos desta Vara Federal e de processos remetidos por outras Subseções.

10. A ORGANIZAÇÃO DA VARA

A Vara Federal de Três Rios permanece separada fisicamente em subsecretarias, em razão da estrutura do prédio, que não permite que todos os servidores da área-fim permaneçam juntos no mesmo espaço físico. As referidas subsecretarias são comandadas por um supervisor, sob a gerência da Diretora de Secretaria, e são assim distribuídas:

- Subsecretaria do Juizado Especial Federal
- Subsecretaria do Contencioso
- Subsecretaria Criminal
- Subsecretaria de Execução Fiscal

Cada uma possui seu balcão de atendimento próprio, com exceção do Contencioso e do Juizado, que dividem o mesmo balcão de atendimento.

10.1 Do Cartório Eletrônico

Para melhorar a visualização dos processos eletrônicos, todos recebem um identificador com a cor do processo respectivo, a saber:

- Juizado Especial – Preta
- Contencioso – Rosa (Ações Ordinárias) / Verde (Monitórias, Impugnação ao Valor da Causa, Embargos, Possessórias) / Amarelo (Execução por Título Extrajudicial, Mandado de Segurança)
- Criminal – Azul
- Execução Fiscal – Laranja

As cores foram determinadas de forma a reproduzir no processo eletrônico as cores das capas dos processos físicos, com exceção dos processos do JEF, nos quais adotamos a cor preta.

Além dos identificadores com as cores das capas dos processos físicos, foram criados outros

com as iniciais de cada Setor e Subsecretarias, de forma a facilitar a visualização e manejo dos processos eletrônicos pelos setores competentes, a saber:

CIV – para os processos e expedientes do contencioso.

CR – para os processos e expedientes criminais.

EF – para os processos e expedientes de execução fiscal.

GAB – para os processos encaminhados para o gabinete, com suas subdivisões e mesas eletrônicas. Inclusive dos servidores e juízes.

JEF – para os processos e expedientes do Juizado Especial.

OF – para os expedientes de oficiais de justiça.

SEC – para os processos e expedientes comuns a toda a Secretaria.

Abaixo, seguem os locais virtuais (escaninhos) do cartório eletrônico:

Balcão de Entrada 1VF-TR

CIV – Balcão de entrada CONTENCIOSO

CIV – Ag. Certificar CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

CIV – Ag. CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA

CIV – Ag. DECURSO DE PRAZO

CIV – Ag. EXPEDIÇÃO GERAL

CIV – Ag. JUNTADA DE EXPEDIENTE

CIV – Ag. PUBLICAÇÃO

CIV – Ag. Retorno TRF

CIV – Expedir ALVARÁ

CIV – Expedir RPV / PRECATÓRIO

CIV – Mesa MAIRA

CIV – Mesa HANNAH

CIV – Mesa SABRINA

CIV – Mesa WALMIR

CIV – Processos BAIXADOS 2011

CIV – Processos CONCLUSOS P/ DESPACHO PAR

CIV – Processos CONCLUSOS P/ DESPACHO ÍMPAR

CIV – Processos FASE DE EXECUÇÃO / CUMPRIMENTO

CIV – Processos SUSPENSOS

CIV – Remessa EXTERNA

CIV – Retorno do CONTADOR

CR – EXPEDIÇÃO GERAL
CR – Mesa CINTHIA
CR – Mesa CRIMINAL
CR – Mesa GUSTAVO
CR – Mesa NAYARA
CR – Processos CRIMINAIS BAIXADOS

EF – AG CUMP EXPEDIENTE
EF – ARQUIVAMENTO SEM BAIXA
EF – BACENJUD
EF – BAIXADOS
EF – CONCLUSÃO
EF – EMBARGOS
EF – EXPEDIÇÃO
EF – EXPEDIENTES CUMPRIDOS (ag. Juntada)
EF – Mesa JÉSSICA
EF – Mesa JOÃO PAULO
EF – Mesa MARCELO FRIAS
EF – Mesa RODRIGO
EF – Mesa RODRIGO (APOIO)
EF – Mesa ROGÉRIO
EF – PRAZO
EF – REMETIDOS AO TRF
EF – SUSPENSÃO 1
EF – SUSPENSÃO 2
EF – VISTA EXEQUENTE

GAB - JF TITULAR - Despachos/Decisões não padronizadas
GAB - JF TITULAR - Despachos/Decisões padronizadas
GAB - JF TITULAR – Sentenças
GAB - Mesa DR. ALEXANDRE
GAB - Mesa DR. VICTOR
GAB - Mesa DR^a RENATA - TRES RIOS (tabelar)
GAB – Mesa ALINE
GAB – Mesa ISADORA
GAB – Mesa JÚLIA
GAB – Mesa MONA LISA

GAB – Mesa PATRÍCIA
GAB – Mesa PEDRO SERAFIM
GAB – Processos AUDIÊNCIA
GAB – Processos Decisão TUTELA/LIMINAR
GAB – Processos EMB. DECLARAÇÃO
GAB – Sentença ACORDO
GAB – Sentença ART. 285A
GAB – Sentença c/AUDIÊNCIA REALIZADA
GAB – Sentença EXECUÇÃO FISCAL
GAB – Sentença EXTINÇÃO
GAB – Sentença MÉRITO - TIPO A
GAB – Sentença REPETITIVA
GAB – Retorno ASSINADAS SENTENÇAS/DECISÕES
GAB – Retorno ASSINADOS DESPACHOS
GAB – Retorno ASSINADOS EXPEDIENTES

JEF – Analisar INICIAL
JEF – Analisar PREVENÇÃO Art. 253
JEF – Ag. Certificar CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
JEF – Ag. CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA
JEF – Ag. DECURSO DE PRAZO
JEF – Ag. EXPEDIÇÃO GERAL
JEF – Ag. JUNTADA DE EXPEDIENTE
JEF – Ag. NOMEAR PERITO
JEF – Ag. PERÍCIA / LAUDO PERICIAL
JEF – Ag. PUBLICAÇÃO
JEF – Ag. Retorno TURMA RECURSAL
JEF – Ag. SOLIC. DE PAGAMENTO / AJG
JEF – Expedir ALVARÁ
JEF – Expedir RPV / PRECATÓRIO
JEF – Mesa ANDREA
JEF – Mesa CIDA
JEF – Mesa Júlio Cesar
JEF – Mesa MARIA EUGÊNIA
JEF – Mesa MARISTELA
JEF – Mesa LUDMILA
JEF – Processos BAIXADOS 2011

JEF – Processos CONCLUSOS P/ DESPACHO ÍMPAR
JEF – Processos CONCLUSOS P/ DESPACHO PAR
JEF – Processos FASE DE EXECUÇÃO / CUMPRIMENTO
JEF – Processos SUSPENSOS
JEF – Remessa EXTERNA
JEF – Retorno do CONTADOR

OJ – Mesa CESAR
OJ – Mesa DAVID
OJ – Mesa FABIANO
OJ – Mesa GERRE
OJ – Mesa ONDINA

SEC – Ag. JUNTADA DE PETIÇÃO
SEC – Cartas Precatórias Cumpridas e Ofícios Expedidos
SEC – Expedientes VIRTUAIS BAIXADOS
SEC – Processos BAIXADOS 2012
SEC – Processos BAIXADOS 2013
SEC – Processos BAIXADOS ANTIGOS
Mesa Rafaella – Diretora
Mesa Vanessa

A reestruturação eletrônica do cartório e a redistribuição de atividades para os servidores do JEF levou a uma dinâmica de trabalho que possibilitou a redução do acervo, como já informado no item referente aos dados estatísticos, fator que vem sendo mantido até a presente data. Os outros setores acompanharam a nova dinâmica e estão com seus acervos sendo reduzidos paulatinamente.

Seguindo a orientação da Portaria RJ-POR-2012/00245, que autorizou a digitalização do acervo de Execução Fiscal, implantamos e mantivemos uma rotina de trabalho que até a presente data já possibilitou a digitalização de muitos processos. Cumpre ressaltar, de todo modo, que o recente problema com a prestadora de serviço de digitalização (falta de pagamento dos funcionários) tem afetado o trabalho, o que, espera-se, seja resolvido em breve.

Hoje o acervo dos processos de execução fiscal possui 1.110 processos eletrônicos e 1.525 físicos (entre os processos em trâmite), e 1.018 eletrônicos e 1.056 físicos (entre os processos suspensos).

O processo de digitalização vai continuar e, sem dúvida, irá facilitar o processamento, o controle de prazos e a remessa de autos à Fazenda Nacional, que se processará pela via eletrônica.

11. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DE DIVISÃO DE PROCESSOS

A divisão de trabalho entre os juízes federais segue rigorosamente as normas em vigor; arts. 7º e 9º da Resolução nº 1/2008 do CJF e Resolução nº 26/2009 do TRF 2ª Região.

12. QUADRO DE SERVIDORES E EQUIPAMENTOS MOBILIÁRIO

12.1 QUADRO DE SERVIDORES

Há, atualmente, 28 servidores lotados na Subseção Judiciária de Três Rios. A distribuição por setor de atuação e organização dos trabalhos segue abaixo transcrita:

1 – Diretora de Secretaria

Rafaella Costa Malta – mat. 13.904 (a partir de 28/06/2013)

2 – Gabinete

Servidores:

Aline Senra Pires – Oficial de Gabinete – mat. 13.847

Pedro Serafim de Oliveira Filho – Assistente IV – mat. 15.457

Mona Lisa Simonis Lopes Paiva – Assistente IV – mat. 13.937

Patrícia Loures Felício – Assistente IV – mat. 15.306

Estagiárias:

Júlia Mendonça Lima Diniz Silva – mat. 44.277

Isadora Marinho Duarte – mat. 44.066

3 – Cartório Contencioso

Servidores:

Walmir Figueiredo Dutra – Supervisor – mat. 12.561

Sabrina Octaviano de Toledo – mat. 14.410

Maira Guimarães Machado Spadarotto – mat. 14.585

Estagiária:

Hannah Teixeira Oliveira – mat. 44.275

4 – Setor Criminal

Servidores:

Gustavo de Abreu Almeida – Supervisor – mat. 15.150

Cinthia de Oliveira Rocha – mat. 15.480

Estagiária:

Nayara de Andrade Silva – mat. 44.276

5 – Execução Fiscal

Servidores:

João Paulo Evangelista Guedes – Supervisor – mat. 13.179

Marcelo Monteiro de Frias – Assistente II – mat. 15.190

Rodrigo Ortiz – mat. 13.730

Estagiária:

Jessica Borges Tiago – mat. 44.105

6 – Juizado Especial Federal

Servidores:

Andrea Cristina Fontainha e Santos – mat. 13.795

Maria Eugênia Langley Soares – Assistente III – mat. 11.621

Maria Aparecida Alvim Vasconcelos – mat. 11.183

Maristela Barros Pinto – mat. 12.931

Estagiário:

Julio Cesar Santos Costa – mat. 44.658

7 – Oficiais de Justiça

Cesar Augusto da Rocha Neves – mat. 12.913

David Almeida Isbele – mat. 12.364

Fabiano Ourique Espíndola Turbai Rangel – mat. 12.743

Gerre Zambelli Vale – mat. 13.219

Ondina Rodrigues Pinto Fernandes – mat. 11.521

8 – Setor Administrativo

Carla Izabel Cherem de Sousa – Chefe de Setor – mat. 11.914

Mário Jorge Machado Barbosa – Assistente III – mat. 12.083

Albertino de Souza Castro Filho – mat. 10.331

Rogério Lugão Nogueira – Agente de Segurança – mat. 12.627

Fernando Gusmão Simão – Assistente III – mat. 11.446

Ludimila Maria Paiva do Bem – mat. 11646(em gozo de licença médica desde 06/02/2012)

Estagiária:

Vanessa Figueiredo Lima – mat. 30.251

Podemos observar que todos os setores possuem estagiários para ajudar na realização dos trabalhos e os servidores foram distribuídos por aptidão de processamento. Podendo, de acordo com a movimentação processual e o acervo dos setores, serem relocados para melhor dinamizar os trabalhos da Vara Federal.

12.2 MOBILIÁRIO

Quanto ao mobiliário não há fatos importantes a relatar.

O mobiliário é conferido e inventariado anualmente e permanecem as observações já feitas nos relatórios anteriores.

Diferentemente das inspeções anteriores, a Vara Federal de Três Rios conta atualmente com número suficientes de equipamentos de informática, inclusive para os oficiais de justiça, que antes não dispunham de equipamentos.

13. OS REGISTROS E ATUALIZAÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA APOLO

Todos os registros e atualizações são realizados pelos servidores no cadastro de processos, tais como, segredo de justiça absoluto ou no sistema, prioridade idoso, isento de custas, com liminar/tutela deferida e outros. Além desses, é feita a atualização do cadastro de advogados, partes e lançamento de custas/valor arrecadado. No período compreendido entre as inspeções de 2012 e 2013 foi arrecadado/recolhido o valor de R\$ 73.168,72 (setenta e três mil cento e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos) a título de custas processuais.

14. DE TODOS OS MANDADOS QUE SE ENCONTRAM EM PODER DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AINDA NÃO CUMPRIDOS E COM PRAZO VENCIDO

Este Juízo segue os prazos estabelecidos pela Consolidação de Normas em seu artigo 351 que determina o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento dos mandados. Em 26/08/2011 o Provimento nº T2-PVC-2011/00022 suspendeu a vigência deste artigo por 180 (cento e oitenta) dias. Prazo este expirado em 26/02/2012, quando o artigo 351 restabeleceu a sua vigência.

Ocorre que a Subseção Judiciária de Três Rios é composta por 06 (seis) municípios, a saber: Três Rios, Levy Gasparian, Sapucaia, Areal, Paraíba do Sul e Paty do Alferes, com um espaço geográfico de grande extensão, o que demanda por parte dos Oficiais de Justiça um deslocamento constante entre os municípios, além da grande extensão de área rural.

Em virtude disso, estabeleceram-se prazos distintos para o cumprimento dos mandados, em especial os mandados de execução fiscal, que em seu conteúdo demandam até 06 (seis) diligências com cumprimento em até 120 (cento e vinte) dias. De qualquer modo, existiam, no momento do início da inspeção, 34 diligências em aberto com mais de 30 dias, sendo 30 relacionados à execução fiscal, e apenas 02 diligência com prazo superior a 120 dias.

Feito isso, segue detalhamento estatístico com a produção dos Oficiais de Justiça, levando em consideração os períodos compreendidos entre as inspeções de 2012 e 2013.

Diligências de Juizado Especial - Cível:

Estatística de Oficial de Justiça

Local: 01ª Vara Federal de Três Rios

Vara: 01ª Vara Federal de Três Rios

Tipo de Juizado: Juizado Especial

Matéria: Cível

Mês / Ano Inicial: 07/2012

Mês / Ano Final: 06/2013

Oficial de Justiça	Mandados Entregues			Detalhamento das Diligências Realizadas									Total Dil. Mês	Total Mand. Cumpr.	Reman. Próx. Mês
				Positivas					Negativas						
	Reman.	Mês	Total	Cit.	Penh.	Aval.	Outr.	Total	End.	Bens	Total				
CESAR AUGUSTO DA ROCHA NEVES	50	21	71	0	0	0	30	30	2	0	2	39	71	71	0
DAVID ALMEIDA ISBELE	9	73	82	8	0	0	65	73	7	0	7	11	91	79	3
FABIANO OURIQUE ESPINDOLA TURBAI RANGEL	14	84	98	8	1	0	87	96	16	0	16	3	115	97	1
GERRE ZABELLI VALE	11	78	89	17	1	0	50	68	20	0	20	13	101	83	6
ONDINA RODRIGUES PINTO FERNANDES	2	65	67	5	1	0	52	58	6	0	6	13	77	67	0
Total:	86	321	407	38	3	0	284	325	51	0	51	79	455	397	10

Diligências de Juizado Especial - Criminal:

Estatística de Oficial de Justiça

Local: 01ª Vara Federal de Três Rios

Vara: 01ª Vara Federal de Três Rios

Tipo de Juizado: Juizado Especial

Matéria: Penal

Mês / Ano Inicial: 07/2012

Mês / Ano Final: 06/2013

Oficial de Justiça	Mandados Entregues			Detalhamento das Diligências Realizadas									Total Dil. Mês	Total Mand. Cumpr.	Reman. Próx. Mês
				Positivas					Negativas						
	Reman.	Mês	Total	Cit.	Penh.	Aval.	Outr.	Total	End.	Bens	Total				
DAVID ALMEIDA ISBELE	0	7	7	0	0	0	6	6	0	0	0	1	7	7	0
FABIANO OURIQUE ESPINDOLA TURBAI RANGEL	0	9	9	0	0	0	9	9	0	0	0	0	9	9	0
GERRE ZABELLI VALE	0	10	10	0	0	0	8	8	1	0	1	1	10	10	0
ONDINA RODRIGUES PINTO FERNANDES	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
Total:	0	27	27	0	0	0	23	23	1	0	1	3	27	27	0

Diligências de Justiça Comum – Cível:

Estatística de Oficial de Justiça

Local: 01ª Vara Federal de Três Rios

Vara: 01ª Vara Federal de Três Rios

Tipo de Juizado: Justiça Comum

Matéria: Cível

Mês / Ano Inicial: 07/2012

Mês / Ano Final: 06/2013

Oficial de Justiça	Mandados Entregues			Detalhamento das Diligências Realizadas									Total Dil. Mês	Total Mand. Cumpr.	Reman. Próx. Mês
				Positivas					Negativas						
	Reman.	Mês	Total	Cit.	Penh.	Aval.	Outr.	Total	End.	Bens	Total				
CESAR AUGUSTO DA ROCHA NEVES	0	64	64	0	0	0	7	7	0	0	0	58	65	64	0
DAVID ALMEIDA ISBELE	183	359	542	88	26	15	159	288	303	40	343	129	760	476	66
FABIANO OURIQUE ESPINDOLA TURBAI RANGEL	133	343	476	102	25	21	121	269	230	81	311	139	719	419	57
GERRE ZABELLI VALE	98	309	407	51	16	13	122	202	171	46	217	77	496	335	72
MARCELO OLIVEIRA ROCHA	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
ONDINA RODRIGUES PINTO FERNANDES	96	279	375	48	15	15	126	204	157	41	198	77	479	334	41
Total:	513	1354	1867	289	82	64	535	970	861	208	1069	480	2519	1628	239

Diligências de Justiça Comum – Criminal:

Estadística de Oficial de Justiça

Local: 01ª Vara Federal de Três Rios

Vara: 01ª Vara Federal de Três Rios

Tipo de Juizado: Justiça Comum

Matéria: Penal

Mês / Ano Inicial: 07/2012

Mês / Ano Final: 06/2013

Oficial de Justiça	Mandados Entregues			Detalhamento das Diligências Realizadas									Total Dil. Mês	Total Mand. Cumpr.	Reman. Próx. Mês
				Positivas					Negativas						
	Reman.	Mês	Total	Cit.	Penh.	Aval.	Outr.	Total	End.	Bens	Total				
CESAR AUGUSTO DA ROCHA NEVES	0	2	2	0	0	0	2	2	0	0	0	0	2	2	0
DAVID ALMEIDA ISBELE	2	58	60	5	0	0	49	54	2	0	2	2	58	59	1
FABIANO OURIQUE ESPINDOLA TURBAI RANGEL	5	50	55	3	0	0	43	46	3	0	3	4	53	53	2
GERRE ZAMBELLI VALE	6	43	49	3	0	0	27	30	9	0	9	8	47	47	2
ONDINA RODRIGUES PINTO FERNANDES	3	29	32	1	0	0	26	27	1	0	1	3	31	32	0
Total:	16	182	198	12	0	0	147	159	15	0	15	17	191	193	5

Ressalte-se que a produção do Oficial de Justiça Cesar Augusto da Rocha Neves foi menor em virtude dos períodos de licença médica para tratamento da saúde. Considerando que a readaptação a sua atividade laborativa vem se desenvolvendo paulatinamente e de maneira positiva, verificamos um aumento de seu trabalho. Contudo, ainda é inferior ao dos outros Oficiais de Justiça, mas seu desempenho vem melhorando ao longo dos meses.

Constataram-se os seguintes dados relativos às diligências em aberto com prazo acima do estabelecido em norma legal e pelo Juízo:

OFICIAIS DE JUSTIÇA	+ 30 DIAS	+ 120 DIAS
ONDINA	03	0
GERRE	14	2
FABIANO	7	0
DAVID	10	0
CESAR (licença e férias)	0	0

Os 2 mandados pendentes com prazo superior a 120 dias se referem à Execução Fiscal.

15. DOS PROCESSOS CRIMINAIS

Os processos encontram-se saneados. O cumprimento de condições determinadas nas sentenças e transações penais vem sendo feito conforme determinado. A Secretaria faz as devidas anotações.

O setor de processamento das ações penais foi orientado quanto à montagem de processos, número máximo de folhas por volume, bem como sobre a desnecessidade de juntada de determinadas peças aos autos.

O setor foi reestruturado, passando a ocupar um espaço físico próprio e contando com 02

(dois) servidores e uma estagiária.

Após a realização da correição, foram implementadas as correções indicadas pela equipe da Corregedoria, sendo seguinte o resultado:

As certidões de prescrição foram implementadas na forma determinada na Consolidação de Normas, inclusive com a anotação no sistema APOLO, com a inserção no item “lembrete de processo” da página onde está localizada a certidão, além de ser afixada na contracapa a cópia da certidão e colocada etiqueta na capa do processo.

Foi expedida a Portaria nº RJ-POR-2012/00395 de 15/05/2012, que dispõe sobre Penas Restritivas de Direito – Prestação de Serviço Comunitário e Cadastramento de Entidades e/ou Programas Sociais estatais ou comunitários, para regulamentar as normas estabelecidas no art. 262, § 3º da Consolidação de Normas da Corregedoria.

- Processos Criminais enquadrados na Meta 18/2013 (*“Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011”*)

0000845-41.2011.4.02.5113 – art. 334 – Autos com remessa ao MPF para alegações finais (03/06/2013)

0000096-34.2005.4.02.5113 – art. 334 – Sentença prolatada em 17/12/2012 – meta cumprida após a última Inspeção.

0001726-20.2003.4.02.5106 – art. 312 – Sentença prolatada em 13/06/2013 – meta cumprida após a última Inspeção.

0000316-22.2011.4.02.5113 - art. 334 – Audiência especial para proposta de suspensão condicional do processo redesignada para 10/09/2013.

0000006-60.2004.4.02.5113 – art. 317 – suspenso com fulcro no art. 366 do CPP

0000307-60.2011.4.02.5113 - suspenso - SURSIS

0001530-79.2005.4.02.5106 - suspenso - BIC

0000317-07.2011.4.02.5113 - suspenso - SURSIS

0000251-27.2011.4.02.5113 - suspenso - SURSIS

0000467-85.2011.4.02.5113 - suspenso - SURSIS

0000315-37.2011.4.02.5113 - suspenso - SURSIS

0000105-83.2011.4.02.5113 - suspenso – SURSIS

16. MEDIDAS CAUTELARES PENAIS

16.1 INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

Não há na Vara Federal de Três Rios.

16.2 QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO

Processo nº 0000699-68.2009.4.02.5113. Decisão proferida em 12/06/2012, mantendo a medida cautelar e determinando outras providências. Trata-se de ação de conteúdo protegido por sigilo absoluto. O procedimento encontra-se com o Ministério Público Federal, aguardando a juntada da URL.

17. AÇÕES PARA APURAÇÃO DE CRIME HEDIONDO, CRIME ORGANIZADO E CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO

Não há ações distribuídas que tratem de crime hediondo, crime organizado e crime contra o sistema financeiro.

18. RELAÇÃO DOS PROCESSOS NOS QUAIS TENHA SIDO DECLARADA SUSPEIÇÃO/IMPEDIMENTO

Não foi proferido qualquer despacho ou decisão nesse sentido desde a última inspeção.

19. BENS APREENDIDOS EM PROCEDIMENTOS CRIMINAIS

Verificou-se que os bens apreendidos são regularmente acautelados com o respectivo termo de acautelamento e inserção dos dados em sistema próprio disponibilizado no sistema APOLO. Os bens são guardados no cofre sob a guarda do Diretor de Secretaria e à disposição do Juízo.

III – O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DA INSPEÇÃO ANTERIOR

Atendendo às sugestões formuladas na inspeção anterior, foi mantido o remanejamento de pessoal e adotadas medidas para melhorar a divisão das tarefas determinadas a cada setor.

O resultado das determinações adotadas pode ser facilmente percebido pelos dados estatísticos já reproduzidos nos itens anteriores.

IV – CONSTATAÇÕES E DELIBERAÇÕES

Embora em número reduzido, algumas ocorrências foram constatadas, tais como mandados pendentes de cumprimento e conclusões acima dos prazos estabelecidos nas normas da Corregedoria

Regional da Justiça Federal da 2ª região. Contudo, foram tomadas as providências para o regular saneamento destes feitos.

Verificamos, ainda, que persiste o problema na demora da devolução de autos físicos, principalmente por parte da Fazenda Nacional. Para a solução deste problema está sendo digitalizado o acervo da execução fiscal e para os processos em que o atraso é excessivo são expedidos mandados de intimação para a imediata devolução. Tal solução vem sendo adotada desde a última inspeção.

De se observar que as medidas - que estão sendo tomadas desde julho de 2011, como informado na Inspeção Anual de 2012 - são providências destinadas a criar novas metodologias de trabalho que se consolidem ao longo do tempo e que façam da Vara Federal de Três Rios modelo de prestação jurisdicional.

Tais medidas geraram ótimo resultado, que pôde ser percebido na Classificação de Desempenho da Justiça Federal da 2ª Região, segundo a qual esta 1ª Vara Federal de Três Rios ocupou a 1ª colocação entre as Varas Únicas/SJRJ.

Foram estabelecidas novas metas e prioridades, especialmente quanto ao cumprimento das Metas do CNJ (com atenção para a 2/2009 e a 18/2013), a digitalização do acervo de Execução Fiscal e a redução ainda maior do acervo do Juizado, que possui uma maioria de processos relativa à matéria previdenciária e verbas com caráter alimentar.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os serviços cartorários, bem como os afeitos à assessoria dos gabinetes dos juízes e dos setores administrativos vêm sendo executados de maneira regular. Os problemas encontrados podem ser considerados como meras irregularidades normais e decorrentes do grande volume de trabalho.

Por fim, registro o excelente trabalho desenvolvido por todos os servidores lotados na Subseção de Três Rios, bem como os funcionários da empresa terceirizada. Todos, sem exceção, melhoraram o seu desempenho, contribuindo para a redução do acervo e o resultado que alcançamos ao longo deste ano. O empenho no cumprimento de suas atividades e a melhoria na qualidade do serviço prestado aos jurisdicionados é merecedor de elogios por parte deste magistrado.

VI – ENCERRAMENTO

A cópia do Termo de Encerramento encontra-se acompanhando o presente relatório.

Reitero que o MM Juiz Substituto VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA entrou em gozo de licença médica durante a inspeção, razão pela qual S. Exa fica impossibilitado de subscrever o presente relatório.

Era o que havia a relatar a essa Eg. Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região e à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais.

Três Rios, 10 de julho de 2013.

(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE DA SILVA ARRUDA
Juiz Federal Titular
Diretor da Subseção Judiciária de Três Rios